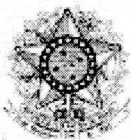




TRT da 7ª Região
Prestação de Contas, Exercício de 2010

**ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª
REGIÃO, NO PERÍODO DE 12 A 16 DE ABRIL DE
2010**

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO



Tribunal Superior do Trabalho

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº472/2010

Data da divulgação: Quarta-feira, 05 de Maio de 2010.

Brasília - DF

Tribunal Superior do Trabalho

Ministro Milton de Moura França
Presidente

Ministro João Oreste Dalazen
Vice-Presidente

Ministro Carlos Alberto Reis de Paula
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1
Zona Cívico-Administrativa
Brasília/DF
CEP: 70070-943
Telefone : (61) 3043-4300

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho Ata

ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA DO TRT DA 7ª REGIÃO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO,
NO PERÍODO DE 12 A 16 DE ABRIL DE 2010.

No período compreendido entre os dias doze a dezesseis de 2010, o Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, esteve no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em Fortaleza - Ceará, acompanhado da Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral, Lúcia Yolanda da Silva Koury, e dos seus Assessores Cláudio de Guimarães Rocha, Ivanise Sales Amaral e Pedro Nazaré de Mendonça Procópio, para realizar Correição Ordinária divulgada em Edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 7ª Região, nº 429/10, pág. 02, do dia 01 de março de 2010 e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 22 de fevereiro de 2010. Foram cientificados da realização desse trabalho, por meio de ofício, o Exmo. Ministro

Milton de Moura França, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Exmo. Dr. Otávio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho; o Exmo. Juiz José Antônio Parente da Silva, Presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; o Exmo. Dr. Francisco Gérson Marques de Lima, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 7ª Região; o Exmo. Dr. Valdetário Andrade Monteiro, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional do Ceará e o Exmo. Dr. Ophir Figueiras Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da OAB. O Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, com base nas informações prestadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, e em suas observações resultantes da consulta aos autos dos processos tramitando na Corte, subsidiadas pelos dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho, registra o seguinte: 1. ORGANIZAÇÃO DO TRT DA 7ª REGIÃO. A Corte compõe-se dos seguintes órgãos: Tribunal Pleno; Turmas, Presidência; Vice-Presidência; Corregedoria Regional; Conselho da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho; Conselho da Medalha Labor et Justitia; Escola Judicial da Magistratura do Trabalho (art. 5º do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região). 2. COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, com sede em Fortaleza e jurisdição no Estado do Ceará, compõe-se de 14 (quatorze) Juizes, os Exmos. Juizes José Antônio Parente da Silva, Presidente e Corregedor Regional; Cláudio Soares Pires, Vice-Presidente; Manoel Arizio Eduardo de Castro; Antônio Marques Cavalcante Filho; Dulcina de Holanda Palhano. 09 (nove) cargos encontram-se vagos. 2.1. MAGISTRADOS QUE SE ENCONTRAM AFASTADOS. No período da correição, não havia juizes afastados. 3. INSTALAÇÕES FÍSICAS DO TRIBUNAL. Funciona em prédio alugado no âmbito do TRT da 7ª Região apenas o Posto Avançado de Aracati, localizado na Rua Cel. Alexanzito, nº 503 – Centro – Aracati/CE. 4. ESCOLA JUDICIAL DA 7ª REGIÃO. A Escola Judicial da 7ª Região encontra-se regulamentada pela Resolução Administrativa nº 241/2009, tem como Diretor o Exmo. Juiz José Antônio Parente da Silva e Coordenador o Exmo. Juiz Emmanuel Teófilo Furtado. Merecem destaque especial os seguintes projetos desenvolvidos: Execução de Contribuições Previdenciárias na Justiça do Trabalho; Teoria

(dois vírgula cinco) pontos; II - a inexistência de fatos que desabonem o magistrado e comprometam o seu perfil ético, conforme voto fundamentado - até 2,5 (dois vírgula cinco) pontos. Serão considerados a frequência e o aproveitamento nos cursos abaixo discriminados, observada a seguinte pontuação: I - 1,0 (um) ponto para especialização nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Constitucional; II - 0,5 (zero vírgula cinco) ponto para especialização em outras áreas do direito ou disciplinas afins; III - 2,0 (dois) pontos para mestrado em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Constitucional; IV - 1,5 (um vírgula cinco) pontos para mestrado em outras áreas do direito ou disciplinas afins; V - 3,0 (três) pontos para doutorado em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Constitucional; VI - 2,5 (dois vírgula cinco) pontos para doutorado em outras áreas do direito ou disciplinas afins; VII - 2,0 (dois) pontos para pós-doutorado em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil e Direito Constitucional; VIII - 1,5 (um vírgula cinco) pontos para pós-doutorado em outras áreas do direito ou disciplinas afins; IX - 0,2 (zero vírgula dois) ponto por publicação de artigo de natureza jurídica, limitada a pontuação máxima a 1,0 (um) ponto; X - 0,5 (zero vírgula cinco) ponto por publicação de livro, manual, compêndio, ensaio ou mono-grafia de natureza jurídica, limitada a pontuação máxima a 3,0 (três) pontos; XI - 0,1 (zero vírgula um) ponto por participação em eventos jurídicos promovidos pelo Tribunal ou por sua Escola Judicial, como conferencista, painlista e debatedor, limitada a pontuação máxima a 2,0 (dois) pontos. 10. VITALICIAMENTO DOS JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS. A Resolução nº 128/2008 estabelece as regras de acompanhamento das atividades dos Juizes do Trabalho Substitutos Vitaliciandos. O acompanhamento das atividades dos Juizes do Trabalho Substitutos vitaliciandos incumbe à Comissão de Acompanhamento de Juizes de Primeiro Grau de Jurisdição, composta pelos Juizes Presidente e Vice-Presidente do Tribunal e ainda pelo Juiz mais antigo do Tribunal. Compete ainda à referida Comissão avaliar o Juiz vitaliciando no que tange ao desempenho jurisdicional, à idoneidade moral e à adaptação para o exercício do cargo, mediante a análise dos dados colhidos pela Secretaria da Corregedoria Regional. A Secretaria da Corregedoria Regional reúne as informações para a avaliação, mediante a formação de pastas individuais para cada Juiz vitaliciando, em que se observam critérios objetivos de caráter qualitativo e quantitativo do trabalho desenvolvido. No momento em que o Juiz do Trabalho Substituto completa 1 (um) ano e 8 (oito) meses no exercício da magistratura, o processo de avaliação é submetido à Comissão de Avaliação para

emissão de parecer preliminar. Posteriormente, no vigésimo segundo mês de exercício do Juiz Vitaliciando, a Comissão elabora parecer definitivo encaminhado à Presidência do Tribunal, a fim de que seja elaborada proposição relativa à aptidão do magistrado. Atualmente, não há processo de vitaliciamento tramitando no Regional. 11. CONVOCAÇÃO DE MAGISTRADO PARA ATUAÇÃO EM 2º GRAU. Os critérios objetivos para convocação de Juizes de 1º Grau estão estabelecidos no Regimento Interno do TRT da 7ª Região, no Capítulo II, arts. 14 a 18. O Tribunal cumpre as disposições da Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Justiça — CNJ. Atualmente encontra-se convocado o Exmo. Juiz Paulo Régis Machado Botelho, titular da 4ª VT de Fortaleza - convocado em virtude da aposentadoria da Exma. Juíza Laís Maria R. Freire; a Exma. Juíza Rosa de Lourdes Azevedo Bringel, titular da 8ª VT de Fortaleza - convocada em virtude da aposentadoria do Exmo. Juiz Antônio Carlos Chaves Antero; o Exmo. Juiz Emmanuel Teófilo Furtado, titular da 10ª VT de Fortaleza - convocado em virtude da aposentadoria do Exmo. Juiz José Ronald Cavalcante Soares. 12. PRESIDENTE DA AMATRA VII. O Exmo. Juiz Germano Silveira de Siqueira - Juiz Substituto do Trabalho - encontra-se afastado das funções jurisdicionais para exercer mandato de Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 7ª REGIÃO - AMATRA VII - no período de 2008 a 2010. 13. JUIZ TITULAR DE VARA DO TRABALHO. RESIDÊNCIA FORA DA SEDE DA JURISDIÇÃO. Atualmente 05 (cinco) Juizes Titulares de Varas residem fora da sede da jurisdição, com autorização do Tribunal Pleno, canceladas por Resoluções Administrativas específicas para cada situação. 14. CORREGEDORIA-REGIONAL. No ano de 2009, apenas a 14ª Vara do Trabalho de Fortaleza não foi correicionada. Até 30 de março de 2010, já foram correicionadas 04 (quatro) Varas da Região, dentre elas, a 14ª Vara do Trabalho de Fortaleza. 14.1 - RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS E PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA. Em 2009, foram autuadas 13 (treze) reclamações correicionais e solucionadas 10. Até 31 de março de 2010, foram autuadas 05 (cinco) reclamações correicionais, solucionadas 04 (quatro), encontrando-se pendentes de exame 04 (quatro) processos dessa natureza. 15. QUADRO DE SERVIDORES DA 7ª REGIÃO. A 7ª Região compõe-se de um quadro de 947 (novecentos e quarenta e sete) servidores ativos, sendo 778 (setecentos e setenta e oito) do quadro permanente, 16 (dezesesseis) ocupantes exclusivamente de cargo em comissão e 177 (cento e setenta e sete) requisitados. Do total de servidores ativos, 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) estão em atividade no TRT e 502 (quinhentos e dois) nas Varas. Desses, 284 (duzentos e oitenta e quatro) exercem cargo de Analista Judiciário, 482 (quatrocentos e oitenta e dois) cargo de Técnico Judiciário e 08 (oito) cargo de

Foram distribuídos 891 (oitocentos e noventa e um) processos para relatores e 598 (quinhentos e noventa e oito) para revisores. Havia 274 (duzentos e setenta e quatro) processos aguardando pauta. Encontravam-se, no Ministério Público do Trabalho, 08 (oito) processos para emissão de parecer. O número de acórdãos publicados em Recurso Ordinário e em Agravo de Petição foi de 759 (setecentos e cinquenta e nove). 20. RECURSO DE REVISTA. DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE. Em 2009, foram interpostos 2.299 (dois mil, duzentos e noventa e nove) Recursos de Revista, tendo a Presidência despachado 2.095 (dois mil, e noventa e cinco), dos quais foram admitidos 340 (trezentos e quarenta). Foram denegados 1.755 (um mil, setecentos e cinquenta e cinco) Recursos de Revista. Até fevereiro de 2010, foram interpostos 676 (seiscentos e setenta e seis) Recursos de Revista, despachados 256 (duzentos e cinquenta e seis) dos quais, foram admitidos 17 (dezessete) e denegados 239 (duzentos e trinta e nove). Em média, no período de 2007 a 2009, a cada 100 (cem) Recursos de Revista despachados no âmbito do TRT da 7ª Região, 25 (vinte e cinco) foram admitidos. 21. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. Em 2009, foram interpostos 1.092 (um mil e noventa e dois) novos Agravos de Instrumento em Recurso de Revista; até fevereiro de 2010, 72 (setenta e dois) Agravos de Instrumento em Recurso de Revista foram encaminhados ao TST. No período de 2007 a 2009, foram interpostos 57 (cinquenta e sete) Agravos de Instrumento a cada 100 (cem) Recursos de Revista não admitidos. Em média, no período de 2007 a 2009, a cada 100 (cem) Agravos de Instrumento encaminhados para o TST, apenas 05 (cinco) foram providos. 22. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Em 2009, foram recebidos 1.038 (um mil e trinta e oito) e julgados 1.200 (um mil e duzentos) Embargos Declaratórios. Até março de 2010, já havia sido autuados 172 (cento e setenta e dois) Embargos de Declaração, julgados 165 (cento e sessenta e cinco) e encontravam-se pendentes de julgamento 07 (sete). 23. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS VARAS DO TRABALHO – Em 2008, foram recebidas 41.798 (quarenta e um mil, setecentos e noventa e oito) reclamações trabalhistas; dessas, 25.071 (vinte e cinco mil e setenta e um) sob o rito sumaríssimo e 16.727 (dezesseis mil, setecentos e vinte e sete) sob o rito ordinário. Foram solucionadas 39.598 (trinta e nove mil, quinhentos e noventa e oito) reclamações trabalhistas, sendo 24.492 (vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois) sob o rito sumaríssimo e 15.106 (quinze mil, cento e seis) sob o rito ordinário. Em 2009, foram ajuizadas 45.424 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro) novas ações. Dessas, tramitam no rito sumaríssimo um total de 24.617 (vinte e quatro mil, seiscentos e dezessete) ações e 20.807 (vinte mil, oitocentos e sete) sob o rito ordinário. Foram solucionadas 43.820 (quarenta e três mil,

oitocentos e vinte) reclamações trabalhistas, sendo 24.078 (vinte e quatro mil e setenta e oito) sob o rito sumaríssimo e 19.742 (dezenove mil, setecentos e quarenta e dois) sob o rito ordinário. Até o dia 31 de março de 2010, foram recebidas 10.553 (dez mil, quinhentos e cinquenta e três) reclamações trabalhistas, sendo 5.974 (cinco mil, novecentos e setenta e quatro) sob o rito sumaríssimo e 4.579 (quatro mil, quinhentos e setenta e nove) sob o rito ordinário. Foram solucionadas 10.142 (dez mil, cento e quarenta e duas) reclamações trabalhistas. Em 2008, encontravam-se pendentes de solução 13.562 (treze mil, quinhentas e sessenta e duas) Reclamações Trabalhistas; em 2009, o resíduo foi de 15.009 (quinze mil e nove) e, até 31 de março de 2010, o resíduo era de 15.420 (quinze mil, quatrocentos e vinte). 23.1. PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. PROCESSOS SUJEITOS AO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. EXAME POR AMOSTRAGEM DE PROCESSOS. Em 2010, o prazo médio entre o ajuizamento da Reclamação Trabalhista e o encerramento da instrução, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, foi de 16 (dezesseis) dias. 23.2. PRAZO MÉDIO DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO À DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PROCESSOS SUJEITOS AO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO – EXAME POR AMOSTRAGEM. Em 2010, o prazo médio entre o encerramento da instrução e a prolação da sentença, nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo, foi de 03 (três) dias. 23.3. PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. PROCESSOS SUJEITOS AO RITO ORDINÁRIO. EXAME POR AMOSTRAGEM. Em 2010, o prazo médio entre o ajuizamento da Reclamação Trabalhista e o encerramento da instrução, nos processos submetidos ao rito ordinário, foi de 118 (cento e dezoito) dias. 23.4. PRAZO MÉDIO DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO À DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PROCESSOS SUJEITOS AO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. EXAME POR AMOSTRAGEM. Em 2010, o prazo médio entre o encerramento da instrução e a prolação da sentença, nos processos sujeitos ao rito ordinário, foi de 82 (oitenta e dois) dias. 23.4 - RECLAMAÇÕES VERBAIS APRESENTADAS NAS VARAS DO TRABALHO. Em 2008, foram apresentadas 2.822 (duas mil, oitocentas e vinte e duas) reclamações trabalhistas verbais. Em 2009, foram protocoladas 988 (novecentos e oitenta e oito) reclamações trabalhistas verbais. Até março de 2010, já foram apresentadas 159 (cento e cinquenta e nove) reclamações trabalhistas verbais. 24. PROCESSOS CONCILIADOS. 24.1. PROCESSOS CONCILIADOS NO TRT. Em 2009, foram conciliados 719 (setecentos e dezenove) processos, totalizando R\$ 29.028.502,73 (vinte e nove milhões e vinte e oito mil, quinhentos e

acordos, estes autorizam a retenção de determinada quantia fixa ou de um percentual deduzidos das cotas do FPM - Fundo de Participação dos Municípios. É expedido mandado judicial ao Banco do Brasil, que se encarrega de efetuar a retenção e transferir o respectivo valor para uma conta aberta em nome do Município, à disposição do Presidente do Tribunal, sistemática que garante o cumprimento do acordo. Além das retenções antes mencionadas, os Municípios têm autorizado, também, a utilização pelo Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatório - JACP, dos valores retidos a título de Imposto de Renda, em consideração aos artigos 157, inciso I e art. 158, inciso I da Constituição da República, o que vem acarretando uma maior agilidade na quitação dos precatórios devido ao aumento dos créditos nas contas judiciais. A União Federal disponibiliza os valores para pagamentos dos precatórios federais através da inclusão no orçamento do Tribunal.

31.2. PRECATÓRIOS AGUARDANDO PAGAMENTO, COM PRAZO VENCIDO E POR VENCER. Até dezembro de 2009 existiam 3.221 (três mil, duzentos e vinte e um) precatórios pendentes de pagamento, totalizando R\$ 356.832.585,53 (trezentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), sendo que no prazo existiam 850 (oitocentos e cinquenta) precatórios e com prazo vencido 2.371 (dois mil, trezentos e setenta e um). Até fevereiro de 2010 haviam 3.224 (três mil, duzentos e vinte e quatro) precatórios pendentes de pagamento, totalizando R\$ 350.676.093,05 (trezentos e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e seis mil, noventa e três reais e cinco centavos), sendo que 908 (novecentos e oito) precatórios estão no prazo e 2.316 (dois mil, trezentos e dezesseis) com prazo vencido.

32. JUÍZO AUXILIAR DE EXECUÇÃO. O Juízo Auxiliar de Execução, hoje coordenado pela Juíza Gláucia Maria Gadelha Monteiro, é composto por Juizes Substitutos, com especial competência para atuar, isoladamente ou em conjunto com os Titulares das Varas do Trabalho, nos processos em fase de execução com acentuado número de reclamações trabalhistas contra uma mesma empresa. Até fevereiro de 2010 já foram homologados 95 (noventa e cinco) acordos, totalizando R\$ 445.235,48 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) pagos aos reclamantes.

33. CENTRAL DE MANDADOS. ATUAÇÃO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA E ZONEAMENTO. No Estado do Ceará existe atualmente a Divisão de Distribuição e Cumprimento de Mandados onde estão lotados todos os 37 (trinta e sete) Oficiais de Justiça da Capital. Para fins de distribuição dos mandados, a Capital foi zoneada em 10 (dez) Regiões Geográficas de atuação, com quantidade suficiente de Oficiais em cada uma dessas Regiões para o cumprimento das respectivas demandas. Semestralmente é realizado o Rodízio de

Regiões, eletronicamente, através de sorteio aleatório pelo Sistema de Controle de Mandados da Central - SCME.

34. SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS. O TRT da 7ª Região possui uma Divisão de Treinamento e Processamento de Cálculos Judiciais, subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, composta de 07 (sete) servidores, incluindo o Diretor. Em 2009, foram recebidos 2.469 (dois mil, quatrocentos e sessenta e nove) processos. Somados com o residuo de 918 (novecentos e dezoito) do ano de 2008 totalizou 3.387 (três mil, trezentos e oitenta e sete) processos para cálculo (não contabilizados os processos calculados na Divisão de Apoio à Execução. Foram solucionados 2.616 (dois mil, seiscentos e dezesseis) processos, ficando para o ano de 2010 o total de 771 (setecentos e setenta e um) processos. O tempo médio para a elaboração de cálculos é de aproximadamente de 05 (cinco) meses para os processos de maior complexidade, e para os de menor complexidade o prazo médio é de 03 (três) meses.

35. JUÍZO CONCILIATÓRIO EM RECURSO DE REVISTA. O TRT da 7ª Região adota a prática de tentativa de conciliação em recurso de revistas ainda não despachados. Em 2009, foram designadas 281 (duzentos e oitenta e um) audiências, sendo que houveram: 43 (quarenta e três) acordos homologados; 64 (sessenta e quatro) requerimentos de adiamento para análise das propostas apresentadas; 61 (sessenta e um) não houve acordo; e 113 (cento e treze) ausências.

36. ADOÇÃO DO SISTEMA E-RECURSO E DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 874/2002 DO TST. O TRT utiliza o sistema "E-RECURSO" exclusivamente para a elaboração dos despachos de admissibilidade em Recursos de Revista. A Resolução Administrativa n.º 874/2002 do TST é devidamente observada, sendo inserida na capa dos processos a expressão "RA n.º 874/2002-TST", nas hipóteses disciplinadas.

37. SISTEMA BACEN-JUD. ACESSO. O Sistema BACEN-JUD é frequentemente utilizado por todos os Juizes e em todas as Varas da Justiça do Trabalho do TRT da 7ª Região.

37.1 - CONVÊNIOS FIRMADOS. Foram firmados os seguintes convênios: a) RENAJUD - contribui para a execução, à medida que possibilita a imediata restrição do veículo pesquisado, impedindo a sua venda e/ou circulação; b) INFOJUD - tem como objetivo atender as solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal. Disponibiliza aos magistrados dados das declarações de imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas, além da movimentação imobiliária de devedores; c) SIARCO - convênio firmado com a Junta Comercial do Estado do Ceará que permite a consulta dos dados cadastrais das empresas executadas, bem como as suas composições societárias, facilitando a localização de empresas executadas e dos sócios nos casos de despersonalização da pessoa jurídica; d) BACENJUD - convênio firmado junto ao Banco Central do Brasil que permite aos

RO-6600-30-2008-5-07-00-04; RO-140900-96-2008-5-07-11-13; RO-17600-33-2008-5-07-00-02; RO-47400-25-2008-5-07-00-29; RO-142400-09-2008-5-07-00-11; RO-165000-18-2008-5-07-00-13; RO-149100-41-2007-5-07-00-09; RO-43300-27-2008-5-07-00-29; RO-8200-65-2008-5-07-00-11; RO-89900-33-2008-5-07-00-21; RO-4600-94-2008-5-07-00-29; RO-114700-58-2008-5-07-00-11; RO-64200-45-2009-5-07-11-13; RO-130700-63-2008-5-07-00-02; RO-43600-46-2008-5-07-00-10; RO-36000-46-2009-5-07-00-07; RO-11700-02-2009-5-07-00-13; RO-11400-04-2008-5-07-00-04; RO-19400-72-2008-5-07-00-10; RO-129200-90-2007-5-07-00-03; RO-917000-38-2008-5-07-00-08; RO-13100-55-2008-5-07-00-23; RO-32300-90-2008-5-07-00-09; RO-10500-68-2007-5-07-00-32; 114200-46-2009-5-07-00-14; RO-68600-48-2008-5-07-00-10; RO-129100-95-2008-5-07-00-05; RO-7200-64-2008-5-07-00-32; RO-66400-28-2009-5-07-00-12; RO-188900-70-2007-5-07-00-11; RO-53800-78-2009-5-07-00-10; 132100-22-2008-5-07-00-32; RO-87400-54-2009-5-07-00-22; AP-145000-61-2008-5-07-00-24; AP-106200-03-2008-5-07-00-11; AP-172000-09-2007-5-07-00-12; AP-68900-53-2007-5-07-00-07; AP-140100-45-2007-5-07-00-32; AP-66400-23-2009-5-07-00-12; AP-132100-22-2008-5-07-00-32; AP-129200-90-2007-5-07-00-03; AP-917000-38-2008-5-07-00-08; AP-13100-55-2008-5-07-00-23; AP-32300-90-2008-5-07-00-09. 43. OBSERVAÇÕES DECORRENTES DO EXAME DE PROCESSOS NO TRIBUNAL, POR AMOSTRAGEM. Do exame dos processos, por amostragem, ficou evidenciado em linhas gerais: na admissibilidade dos Recursos Ordinários, os juizes de primeiro grau apenas determinam a subida dos autos, sem o exame dos pressupostos extrínsecos (RO-114700-58-2008-5-07-00-11; RO-46600-94-2008-5-07-00-29; RO-213700-83-2007-5-07-00-05; RO-47400-25-2008-5-07-00-29; RO-165000-18-2008-5-07-00-13; RO-43300-27-2008-5-07-00-29); a inexistência de certidões de entrada do processo no gabinete do juiz relator (RO-43300-27-2008-5-07-00-29; RO-89600-71-2008-5-07-00-21; RO-138700-62-2007-5-07-00-10; RO-10000-58-2008-5-07-00-02; RO-90300-47-2008-5-07-00-21; RO-10000-88-2009-5-07-00-13); nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo, que o Tribunal, quando do julgamento dos Recursos Ordinários, vem expedindo certidões com extensa fundamentação (RO-149100-41-2007-5-07-00-09; RO-6600-30-2008-5-07-00-04); a prática da utilização do termo "concluso para julgamento", sem a fixação de data da prolação da sentença (RO-8200-65-2008-5-07-00-11; RO-43300-27-2008-5-07-00-29; RO-165000-18-2008-5-07-00-13; RO-142400-09-2008-5-07-00-11; RO-47400-25-2008-5-07-00-29; RO-17600-33-2008-5-07-00-02; RO-140900-96-2008-5-07-00-13); a utilização de papel inadequado para a confecção das capas dos autos. 44. TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL E RITO SUMARÍSSIMO. Os feitos de tramitação preferencial e submetidos ao rito sumaríssimo

ostentam essa informação na capa dos autos, seguindo determinação contida no artigo 19 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. 45. ORÇAMENTO DE 2010. A previsão orçamentária para 2010 foi de R\$ 253.618.749,00 (duzentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e dezoito mil, setecentos e quarenta e nove reais). 46. ARRECADAÇÃO NO ÂMBITO DA 7ª REGIÃO. 46.1. ARRECADAÇÃO TOTAL DO TRIBUNAL EM 2009. O TRT arrecadou R\$ 4.430,80 (quatro mil, quatrocentos e trinta reais e oitenta centavos) a título de custas e R\$ 681,04 (seiscentos e oitenta e um reais e quatro centavos) a título de emolumentos. 46.2. ARRECADAÇÃO TOTAL DAS VARAS DO TRABALHO EM 2009. As Varas do Trabalho arrecadaram R\$ 1.553.969,40 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) a título de custas; R\$ 8.231,75 (oito mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos) a título de emolumentos; R\$ 14.377.079,47 (quatorze milhões, trezentos e setenta e sete mil e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos) em créditos previdenciários; R\$ 3.700.229,62 (três milhões, setecentos mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos) a título de imposto de renda, e R\$ 28.243,38 (vinte e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos) a título de multas aplicadas pela DRT. 46.3. ARRECADAÇÃO TOTAL DO TRIBUNAL EM 2010. Até fevereiro de 2010, o TRT já arrecadou R\$ 200,00 (duzentos reais) a título de custas e R\$ 38,71 (trinta e oito reais e setenta e um centavos) a título de emolumentos. 46.4. ARRECADAÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO EM 2010. As Varas do Trabalho arrecadaram até março de 2010 R\$ 44.937,42 (quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos) em custas processuais; R\$ 88,48 (oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos) a título de emolumentos; R\$ 412.574,46 (quatrocentos e doze mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) em créditos previdenciários; e R\$ 92.750,39 (noventa e dois mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos) em imposto de renda. 47. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E-GESTÃO. O TRT da 7ª Região não enviou o cronograma de implantação do Sistema e-Gestão, nem os relatórios de acompanhamento, conforme estabelecido no art. 8º do Provimento nº 01/2009 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e não fez a carga dos dados estabelecidos nos arts. 2º e 4º do Provimento nº 01/2009. 48. PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL. O Programa de Gestão Documental no âmbito do TRT da 7ª Região foi instituído através do ATO nº 101/2006, no que concerne ao Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos. O Arquivo Geral é o setor responsável pela guarda, classificação, administração e conservação dos

Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho noticia que, no ano de 2009, os boletins estatísticos enviados pelo TRT foram remetidos dentro do prazo e não apresentaram erros.

53. OUVIDORIA. A Ouvidoria do TRT da 7ª Região foi criada por intermédio do ATO N.º 174/2004, posteriormente alterado pelo ATO N.º 169/2008. Atualmente, o cargo de Ouvidor-Geral é exercido pelo Exmo. Juiz Antônio Marques Cavalcante, Filho. É uma unidade vinculada e subordinada diretamente à Presidência do Tribunal e atualmente é composta por 03 (três) servidores. A ouvidoria trabalha na prestação de informações processuais e recebimento de manifestações, a saber: pedido de informação; denúncias; reclamações; críticas; sugestões; dúvidas; e outro comentários. O funcionamento da ouvidoria ocorre durante o horário de expediente do Tribunal.

54. PLANTÃO JUDICIAL. O Plantão Judicial no âmbito do TRT da 7ª Região encontra-se regulamentado por intermédio do Provimento Conjunto n.º 05/2009. O regime de plantão judiciário permanente funciona nos dias úteis fora do horário de atendimento ordinário e naqueles em que não houver expediente forense, assim compreendidos os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. O Plantão Judiciário é realizado nas dependências da sede Tribunal, no fórum da capital, e em todas as Varas do Trabalho compreendidas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, conforme competência para conhecer da matéria suscitada. Na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, o plantão judicial funcionará com um Juiz de 2º grau, um servidor do gabinete do juiz plantonista, um servidor da Secretaria Judiciária, um servidor da Divisão de Cadastramento de Processo e um oficial de justiça, escolhido por escala de revezamento. Os juizes serão escolhidos segundo a ordem crescente de antiguidade. No Fórum Autran Nunes, a equipe de plantão é constituída por um Juiz do Trabalho Titular ou Substituto, um servidor vinculado à Vara do juiz plantonista, um oficial de justiça e um servidor do Setor de Distribuição do Fórum, escolhidos por escala de revezamento. Os juizes plantonistas e os oficiais de justiça são escolhidos por sorteio público. Nas Varas do Trabalho do Interior, a equipe de plantão é constituída pelo Juiz do Trabalho Titular ou Substituto, um servidor vinculado à Vara e um oficial de justiça, escolhidos por escala de revezamento. Nas Varas do Trabalho que possuem apenas 01 (um) oficial de justiça, é nomeado 01 (um) Oficial de Justiça ad hoc para atendimento do plantão.

55. SEMANA DE CONCILIAÇÃO. Em 2009, na Semana da Conciliação, houve 710 (setecentas e dez) audiências designadas; 475 (quatrocentas e setenta e cinco) foram realizadas; 2.199 (duas mil, cento e noventa e nove) pessoas foram atendidas e 532 (quinhentos e trinta e dois) acordos homologados, totalizando R\$ 4.948.434,98 (quatro milhões, novecentos e quarenta e oito, quatrocentos e trinta e quatro reais e noventa e oito

centavos).

56. ÁREA DE INFORMÁTICA. SISTEMAS IMPLANTADOS. O TRT da 7ª Região já utiliza os programas "peticionamento eletrônico — e-DOC"; "carta precatória eletrônica — CPE"; "sala de audiências — AUD"; "cálculo rápido"; gabinete virtual; "sala de sessões — e-JUS" e "e-RECURSO".

56.1. SISTEMAS EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO. Os projetos E-Gestão e o Projeto de Implantação de Processo Digital estão em fase de implantação.

57. INICIATIVAS RELEVANTES. O Ministro Corregedor-Geral anota as seguintes iniciativas e projetos empreendidos pelo TRT da 7ª Região: a atuação do juiz Titular da Vara do Trabalho de Crateús, que, mesmo sem afastar-se das atividades jurisdicionais no interior do Estado do Ceará, conseguiu solucionar residuo superior a 290 processos acumulados pelo titular da 9ª Vara do Trabalho de Fortaleza, que, hoje, não mais se encontra em atraso na entrega da jurisdição; os bons resultados alcançados pela Corte, com a realização da Semana de Conciliação, que implicou considerável número de acordos em Reclamações Trabalhistas; o trabalho realizado pela Ouvidoria, que tem aproximado a sociedade do Tribunal, abrindo as portas ao usuário como cidadão; a preocupação com o meio ambiente e qualidade de vida dos servidores e magistrados com a implantação de medidas voltadas à preservação da saúde física e emocional e à preservação ambiental; a fixação de metas a serem alcançadas com a recente elaboração de Planejamento Estratégico coaduna-se com as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça; a boa qualidade dos despachos de admissibilidade dos Recursos de Revista, com a utilização do sistema e-recurso.

58. RECOMENDAÇÕES. Em virtude do que se constatou ao longo da correição, recomenda-se à Presidência e/ou Tribunal que: seja suprimida a aposição de ciente pelo Ministério Público do Trabalho nos acórdãos prolatados na Corte; futuras Administrações do Tribunal deem continuidade aos projetos em desenvolvimento na atual gestão, com participação direta e efetiva no planejamento estratégico da Corte; adote as medidas necessárias à agilização do juízo de admissibilidade do Recurso de Revista interposto nos autos do processo n.º 182600-03-2004-5-07-00-10; proceda à uniformização da jurisprudência da Corte, tal como previsto no artigo 896, §3º, da CLT; agilize os procedimentos de formação e instrução dos precatórios, de modo a viabilizar a inclusão da verba no orçamento do ano subsequente, sem atrasos injustificados na satisfação dos créditos trabalhistas pelos reclamantes; determine à área de tecnologia da informação da Corte que adote as providências necessárias à implementação de programas ou sistemas de informatização, de modo a propiciar maior celeridade na expedição das notificações pelo serviço de recursos e jurisprudência; adote as medidas essenciais à efetivação das

Soares; a Sra. Jocilélia Ramalho; a Sra. Heloísa de Siqueira Felício – Presidente do Sindicato dos Servidores da 7ª Região; a Sra. Maria Yara Batista – sócia da empresa PROTECT SERVICE; os Srs. Antônio Jesu Grangeiro Júnior, Luiz Régis Bonfim Filho, Lucas Sales da Costa, Ana Karoline Costa do Vale, Adriano Fernandes Coelho e Alzir Penaforte Brito Filho – Candidatos classificados no último concurso público do TRT da 7ª Região; os reclamantes Francisco de Sales Ribeiro dos Santos, Valdeci dos Santos, José Augusto Câmara, Gláudio Carvalho Melo, Hindenburgh de Melo Rocha; a ilustres Advogada Dra. Eliete Sampaio Pinheiro; Dr. Marcelo Pinheiro - Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas no Ceará – ATRACE; Dr. José Ítalo Correia Barbosa – Vice-Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas no Ceará; Dr. Tomás Vládine dos Santos Pompeu – 1º Secretário da ATRACE; os Srs. Carlos Antônio Chagas, José Ailson Rego Baltazar, Francisco José Gomes da Silva, João Batista do Espírito Santo Lima; e as Dras. Maria Elisabete Pinheiro Dantas e Francisca Olívia Bezerra Gomes. 61. AGRADECIMENTOS. O Ministro Corregedor-Geral agradece ao Tribunal, na pessoa do Exmo. Juiz José Antônio Parente da Silva, Presidente e Corregedor da Corte, a excepcional presteza, atenção e amabilidade que lhe foram dispensadas, bem como à sua equipe, por ocasião das atividades da Correição. Estende-se esse agradecimento aos numerosos servidores e diretores, que também prestaram valiosa colaboração, especialmente aos servidores Marcelo Feitosa Freitas Mourão Campelo, Rui Barbosa Lino, Maria Márcia de Araújo, Eurilete Teixeira, Nádia Sarmiento Melo, Fernando Alves Moreira da Rocha e Francisco Vicente de Goes Braga. 62. ENCERRAMENTO. A Correição Ordinária foi encerrada em sessão plenária realizada às 17:30 horas do dia 16 (dezesesseis) de maio de 2010, na Sala de Sessões do TRT, com a presença dos Exmos. Srs. Juízes integrantes do TRT da 7ª Região. A ata vai assinada pelo Exmº. Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, pelo Exmo. Sr. Juiz, Presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, e, por mim, Cláudio de Guimarães Rocha, Assessor da Corregedoria-Geral, que a lavrei.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

JOSÉ ANTÔNIO PARENTE DA SILVA

Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

CLÁUDIO DE GUIMARÃES ROCHA

Assessor da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

Ato

ATO GCGJT N.º 005/2010

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, considerando os termos do parágrafo único do artigo 12 da Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça,

RESOLVE:

CONVOCAR Marcos Alberto dos Reis, Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, para atuar como juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a partir de 17 (dezesete) de maio de 2010, por tempo indeterminado.

Publique-se.

Brasília, 03 de maio de 2010.

MINISTRO CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

ATO GCGJT N.º 004/2010

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 5º, inciso III, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, e 39 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho,

Considerando que, com a implantação e padronização da numeração de processos no âmbito de todo o Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça, as guias destinadas ao recolhimento dos depósitos recursal e judicial, bem como das custas e emolumentos, disponibilizadas eletronicamente pelas instituições oficiais e demais órgãos públicos não mais contemplam espaços suficientes à aposição da integralidade dos números identificadores;

Considerando que as referidas guias são utilizadas para a comprovação de recolhimentos no âmbito da Justiça do Trabalho e também como pressuposto da admissibilidade de recursos;

Considerando a necessidade de garantir aos jurisdicionados e advogados maior segurança jurídica na prática dos atos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

OFÍCIO TRT GP Nº 425/2010

Fortaleza, 18 de junho de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho
BRASÍLIA-DF

Assunto: Relatório das providências relativas às recomendações exaradas na Correição Ordinária

Senhor Corregedor-Geral,

Cumprimentando-o, e em atenção às recomendações exaradas na Ata de Correição Ordinária do ano corrente, remeto, em anexo, relatório acerca das providências levadas a efeito.

Respeitosamente,

José Antonio Parente da Silva
Presidente do TRT da 7ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA:

Em atendimento às Recomendações decorrentes da Correição Ordinária, efetivada por Vossa Excelência, neste Regional, no período de 12 a 16 de abril do corrente ano, venho, respeitosamente, apresentar o respectivo relatório, fazendo-o nos termos seguintes, observado o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação da respectiva Ata datada de 06/05/2010.

I - RECOMENDAÇÕES AO TRIBUNAL E/OU PRESIDÊNCIA

Relativamente às Recomendações destinadas ao Tribunal e/ou Presidência, informo a Vossa Excelência que foram adotadas as seguintes medidas, a saber:

1ª - Supressão do "ciente" pelo Ministério Público do Trabalho nos acórdãos prolatados na Corte.

Foi protocolizada proposta de resolução ao Pleno, objetivando excluir do Regimento Interno do Regional dispositivo que alberga a exigência de aposição do ciente por parte do ente Ministerial.

Nada obstante, aludida recomendação já vem sendo adotada por este Tribunal, através de alteração efetuada no Sistema SPT -2, retirando a assinatura do procurador nos acórdãos.

2ª - Continuidade aos projetos em desenvolvimento na atual gestão com participação no Planejamento Estratégico.

A presidência anui com a douda Recomendação, e auspícia que as futuras gestões deste

ano, e atenderá à questão das notificações em segunda instância.

Nada obstante tal fato, foi implementada uma solução no programa de E - Recurso, a fim de adequar os despachos nos recursos de revista ao Sistema Processual Trabalhista 2 - SPT2.

Também está em fase experimental a movimentação interna de processos, onde o departamento piloto é a Divisão de Acórdãos e Recursos.

7ª - Adotem-se medidas para a efetivação das perícias médicas.

Foram assinados Convênios com a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e com o Instituto de Previdência do Município de Caucaia, visando à realização de perícias médicas nos processos em que o autor não tenha condições financeiras de arcar com os pagamentos de honorários periciais.

8ª - Nas causas sob o rito sumaríssimo não se lavrem acórdãos, mas que sejam expedidas certidões sintéticas.

Este procedimento já está sendo executado pelo Tribunal Pleno, e pelas duas Turmas, com base no art. 895, inciso IV da CLT.

9ª - Maior celeridade e efetividade às execuções, a partir da adoção de parâmetros precisos de elaboração de cálculos

Cumprе informar, que a Corregedoria Regional editou o Provimento nº 06/2009, através do qual recomendou aos magistrados de primeira instância a prolação de sentenças líquidas ou, no mínimo, dotadas com os subsídios indispensáveis para a liquidação.

Ressalte-se, ainda, a criação da Divisão de Execuções Especiais através do Ato nº 29/2009, para dar maior celeridade às execuções, coordenada por um Juiz Substituto e contando com equipe de analistas e calculistas.

10ª - Realização da Semana de Conciliação.

As Varas Trabalhistas realizam na última sexta-feira do mês, audiências exclusivas para conciliações.

Registre-se que há um Juízo Auxiliar de conciliação de Precatórios que acumula as funções de conciliador dos feitos em 2º grau.

Foi remetido Ofício Circular aos Gabinetes dos Desembargadores, determinando a certificação da data de recebimento dos processos em gabinete, consoante os termos da recomendação da corregedoria.

Quanto à agilização das publicações, está sendo providenciada uma mudança da estrutura do sistema informatizado e no procedimento de publicação dos acórdãos, e foi protocolizada proposição para mudança do Regimento Interno, nos artigos atinentes a este procedimento.

16ª - Celeridade a elaboração dos cálculos judiciais.

Foi realizada uma reformulação no setor, transformando-o em Divisão de Serviço e Treinamento de Cálculos e Liquidações Judiciais, com a ampliação das atribuições, para englobar também o treinamento de servidores calculistas nas Varas do Trabalho, o que já vem sendo realizado.

A competência da citada divisão, relativa à elaboração de cálculos judiciais, limita-se às hipóteses mais complexas, que não possam ser solucionadas pelas Varas do Trabalho, consoante Provimento Conjunto nº 07/2009, que trata da competência do Setor.

Ressalte-se, por fim, que a Divisão em alusão recebeu a lotação de mais um servidor Analista Judiciário, Área Judiciária.

II - RECOMENDAÇÕES AO CORREGEDOR REGIONAL

Com pertinência às Recomendações destinadas ao Corregedor-Regional, sumariamente reproduzimo-las e apresentamos as providências adotadas:

1ª - Recomendação aos juízes de primeiro grau que coloquem em dias o ofício jurisdicional de prolação de sentenças.

Dos 651 processos em atraso registrados antes do período Correcional, apenas 163 ainda se encontram pendentes de julgamento, tendo este Corregedor solicitado mais empenho dos magistrados na solução das pendências ainda existentes. Informo ainda que o principal problema enfrentado para o julgamento dos feitos é o reduzido quadro de juízes no nosso Regional.

7ª - Pronunciamento expresso acerca dos pressupostos de admissibilidade recursal ao receber Recursos Ordinários ou Agravos de Petição.

Recomendação já prestigiada por todas as Varas da 7ª Região, sendo inclusive item de verificação por ocasião das Correições Ordinárias realizadas junto às Varas do Trabalho.

8ª - Não utilização do sistema Bacen-Jud em caso de execução provisória.

A recomendação foi remetida aos magistrados através do Ofício Circular nº 100/2010.

9ª - Determinação aos juizes para que, quando da prolação de sentenças condenatórias de pagamento em quantia, sejam fixados parâmetros para a apuração dos valores em liquidação.

O Provimento TRT-7ª nº 06/2009 regulamenta a prolação de sentenças e acórdãos líquidos no âmbito do TRT da 7ª Região.

10ª - Inspeção correcional bimestral na 9ª Vara de Trabalho de Fortaleza.

Está sendo planejada a 1ª inspeção judicial a se realizar na 9ª Vara do Trabalho de Fortaleza, na primeira quinzena de julho de 2010.

11ª - Agilidade de remessa ao TRT dos processos em que hajam sido interpostos Recursos Ordinários e Agravos de Petição.

A recomendação foi remetida aos magistrados através do Ofício Circular nº 100/2010.

12ª - Adoção da prática de marcar a data do julgamento e abandono do uso do termo "concluso para julgamento", sem fixação da data de prolação da sentença.

A recomendação foi remetida aos magistrados através do Ofício Circular nº 100/2010.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do exposto, a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região envia à douta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, por intermédio de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DA CORREGEDORIA**

OFÍCIO CIRCULAR SCR Nº 100/2010

Fortaleza, 17 de junho de 2010.

As Suas Excelências, os Senhores(as)
Juizes(as) do Trabalho da 7ª Região

Assunto: **Recomendações do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho**

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Juizes(as),

Cumprimentando-os, e considerando a realização da Correição Ordinária realizada entre os dias 12 e 16 de abril do corrente ano pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, atendendo a solicitação constante na Ata, repasso a Vossas Excelências as recomendações do ilustre Corregedor-Geral, quais sejam:

- Que Vossas Excelências concedam tratamento cortês e respeitoso às partes, advogados e servidores que lhes são subordinados;
- Em caso de execução provisória, que não procedam à utilização do sistema Bacen-Jud para restrição dos créditos do devedor;
- Cuidem do encaminhamento ágil ao Tribunal dos processos em que hajam sido interpostos recursos ordinários e agravos de petição, fazendo-os imediatamente conclusos para despacho tão logo recebidos;
- E adotem a prática de marcar a data do julgamento, com o abandono da rotina de conclusão para julgamento, sem fixação da data de prolação da sentença, circunstância que acarreta a exigência de intimação das partes, o que contraria os princípios da celeridade e da presteza jurisdicionais.

Atenciosamente,

José Antonio Parente da Silva
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região